

FHC

26 JUN 1997

# Rumo a Campos Sales ou a JK?

ESTADO DE SÃO PAULO

AO DIZER QUE COMBINA TRAÇOS DOS DOIS GOVERNANTES, FH DÁ PISTA SOBRE SUAS INTENÇÕES PARA FINAL DE MANDATO

MARCELO DE PAIVA ABREU

As recentes manifestações presidenciais sobre as características dominantes do governo — “meio Campos Sales, meio JK” — convidam à reflexão. A enigmática referência merece exame devido, que poderá, até mesmo, elucidar os verdadeiros planos do presidente para o final do atual mandato e, possivelmente, para o quadriênio que se segue.

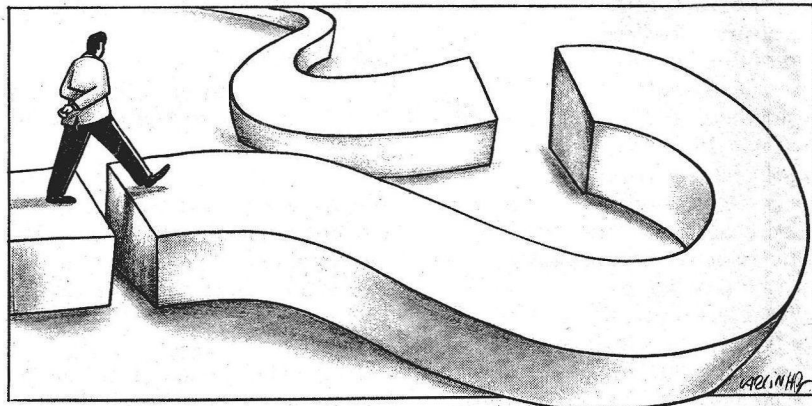
A incapacidade de escolher entre objetivos conflitantes tem, desde tempos imemoriais, marcado a gestão da maioria dos homens públicos brasileiros. A história da política econômica no Brasil deve, de fato, ser escrita tendo como enfoque analítico principal a busca, quase que a qualquer custo, da remoção das restrições ao gasto público. Escolher não é um verbo que tenha sido conjugado com tranquilidade no País. A tradição portuguesa, com toda a sua carga de normatividade e ineficiência, estimulou a distribuição de privilégios baseada em critérios extramarcado e de subsídios implícitos ou explícitos associados a políticas governamentais. Essa herança ingrata foi agravada pelas características estruturais da economia, pois pelo menos desde meados do século passado, e por mais de cem anos, as exportações brasileiras de café corresponderam à proporção muito alta do mercado mundial. Deram ao País a capacidade de interferir nos preços mundiais de café, por meio de diversas modalidades de controle da oferta, e grande margem de manobra para adotar tarifas de importação muito altas. Consolidou-se a idéia de que, em última instância, “o consumidor pagava”, erodindo-se de forma significativa os incentivos à eficiência implícitos no funcionamento de mercados menos imperfeitos.

## **Ideal seria que o presidente quisesse casar austeridade financeira com modelo do homem público cordial**

A gestão de Campos Sales foi caracterizada por dois aspectos principais. No terreno econômico, pela gestão financeira austera, com apoio político para que Joaquim Murinho estabelecesse seu programa de estabilização. Campos Sales rompeu assim com a tradição e interrompeu o período de descalabro fiscal e financeiro que se havia seguido à Proclamação da República. No terreno político, foi inspirador e negociador do pacto político que viabilizou a pacificação das elites com a preeminência de São Paulo.

Da mesma forma, a gestão de Juscelino Kubitschek apresentou duas características principais nos terrenos econômico e político. Para muitos observadores, a gestão macroeconômica foi imprudente, calcada em idéias aparentadas ao maná que vem do céu ou à ânfora da viúva. É como se o modelo do homem cordial tivesse sido transplantado ao terreno econômico. Todo o sacrifício valia desde que se preservasse o crescimento. De preferência se os custos fossem arcados pelo sucessor, configurando versão tropical do “après moi le déluge”. Aos que disso tiverem dúvida pode ser sugerida a avaliação da herança deixada pelo governo JK: inflação em aceleração, contas públicas desequilibradas, reservas da Previdência Social depauperadas, dívida externa quase que dobrada desde o início do mandato. Outras avaliações do desempenho econômico em seu governo, certamente menos embasadas na realidade dos fatos, mas razoavelmente disseminadas, valorizam a ênfase no crescimento, sem grandes preocupações com a desestabilização macroeconômica dela decorrente.

No terreno político, a visão do período JK é a que domina mais corações do que mentes quando se trata



de avaliar o Brasil da segunda metade dos anos 50. Aí domina o talento do político do PSD mineiro unindo quase que todo o País em torno a idéias de pacificação política, desmoralizando as desestabilizações de ópera-bufa tentadas por bolsões antidemocráticos nas Forças Armadas, mobilizando o apoio à idéia quase que messiânica de ocupação do território.

Tendo tudo isso tudo em mente, as palavras presidenciais comportariam várias interpretações alternativas. Algumas despertam preocupações quanto à manutenção do foco da política econômica no objetivo de controle da inflação no longo prazo e na consequente necessidade de reservar ao ajuste fiscal um lugar destacado na lista de prioridades do governo.

A hipótese talvez mais provável é que o presidente, especialista em República Velha, associe Campos Sales primordialmente ao paradigma de austeridade financeira e JK à ênfase no crescimento econômico. A menção a JK não seria mais do que a substituição de Rodrigues Alves, em referência que faz parte do folclore político brasileiro, por um nome mais conhecido. Encaixar Campos Sales e Rodrigues Alves em um mandato é um desafio político clássico, ou seja, primeiro põe-se a casa em ordem, como Campos Sales, e, depois, como Rodrigues Alves, trata-se das obras públicas. Em geral, essa ambição é frustrada pela curta dura-

ção do mandato único. O presidente Fernando Henrique Cardoso terá, provavelmente, a oportunidade, inédita na história recente, de encadear um mandato de arrumação de casa a um mandato de realizações: exatamente oito anos, como na fórmula original Campos Sales-Rodrigues Alves. A fonte de preocupação é que o presidente, instado por premências eleitorais, possa estar tentando ao prematuro abandono dos compromissos, já a esta altura muito relativos, com o ajuste fiscal. Alternativamente, o presidente poderia estar considerando praticável e calamitosa convivência, em paralelo, de austeridade fiscal (mesmo que relativa) com desenvolvimento, tornando ainda mais graves as dúvidas quanto à possibilidade de manutenção de um programa de ajuste fiscal mesmo que caracterizado apenas por lenta convergência rumo à virtude.

Se ao presidente parece ideal a combinação Campos Sales-JK, a melhor alternativa para o País no longo prazo seria a conjugação da austeridade financeira e fiscal de Campos Sales com o homem político cordial encarnado por Juscelino Kubitschek Oliveira. As outras possíveis combinações parecem todas, em medida variável, constituir ameaça ao sucesso de seu governo. Principalmente, ao seu sucesso no segundo mandato.

■ Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio